Comissão Europeia

RELATÓRIO DO IV FÓRUM DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS 2017

30 E 31 DE MARÇO DE 2017

ÍNDICE

1. QUARTO FÓRUM DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS 4
2. DATAS, LOCAL 4
3. PARTICIPANTES 4
4. OBJETIVOS DO FÓRUM 4
5. PONTOS-CHAVE DO FÓRUM (30/03/2017) 5
6. DISCURSOS INTRODUTÓRIOS (31/03/2017) 12
7. APRESENTAÇÃO DAS CONCLUSÕES DAS SESSÕES TEMÁTICAS — INTERVENÇÕES DOS RELATORES. 14
7.1. Sessão temática n.º 1: Reforçar a competitividade e o emprego nas RUP: as economias circular, verde e azul e a energia — Sieglinde GRUBER — Síntese do painel. 14
7.1.1. Constatações partilhadas 14
7.1.2. Mecanismos e instrumentos a mobilizar 15
7.1.3. Boas práticas 15
7.2. Sessão temática n.º 2: Construir um futuro sustentável: perspetivas para uma melhor integração das RUP no seu mercado regional e internacional —Lea ANDERSSON PENCH — Síntese do painel 16
7.2.1. Constatações 16
7.2.2. Mecanismos e instrumentos a mobilizar 17
7.2.3. Boas práticas 17
7.2.4. Pistas de ação identificadas 18
7.3. Sessão temática n.º 3 a) — Criar ligações: melhorar a acessibilidade digital —Philippe BAUDOUIN — Síntese do painel. 18
7.3.1. Constatações partilhadas 18
7.3.2. Mecanismos e instrumentos a mobilizar 19
7.3.3. Boas práticas 19
7.4. Sessão Temática n.º 3 b) — Criar ligações: melhorar a acessibilidade física —Pawel STELMASZCYK — Síntese do painel 20
7.4.1. Constatações 20
7.4.2. Mecanismos e instrumentos a mobilizar 20
7.4.3. Boas práticas 20
7.4.4. Pistas de ação identificadas 21
7.5. Sessão temática n.º 4: O apoio dos programas e dos fundos europeus: balanço e perspetivas — Jiri PLECITY — Síntese do painel 21
7.5.1. Constatações e desafios 21
7.5.2. Mecanismos e instrumentos a mobilizar 22
7.5.3. Boas práticas 23
7.5.4. Pistas de ação identificadas 24
8. DISCURSO DE ENCERRAMENTO 25
9. CONCLUSÃO 25
10. SÍTIO 26
11. ANEXOS 26

Anexo 1: Programa do Fórum

Anexo 2: Contributos escritos disponíveis das sessões temáticas

Painel 1: Sr. RISTORI – Sr. NÖEL – Sr. BLERIOT – Sr. ORTEGA – Sra. GUERREIRO

Painel 2: Sr. CEBALLOS – Sr. GIUSTI -– Sr. MAGRAS – Sra. BARRIGA – Sr. CHALUS – Sr. CHAKHTOURA

Painel 3: Sra. SIOLI – Sr. PITTALUGA – Sr. GULTZHOFF – Sr. RUIJTERS – Sr. ZELLER – Sr. VIRAPOULLE – Sr. JESUS

Painel 4: Sr. VON VRESKA – Sr. DUMITRU – Sr. SERRÃO SANTOS – Sra. GAYOSO – Sr. RODRIGUES – Sr. SIDI – Sr. DUVILLE

COMISSÃO EUROPEIA
Direção-Geral
Política Regional e Urbana
Orçamento e Assuntos Gerais
Regiões ultraperiféricas

Bruxelas, 10 de abril de 2017
DGA1.A.1

RELATÓRIO DO IV FÓRUM RUP 2017

1. Quarto Fórum das Regiões Ultraperiféricas

«As regiões ultraperiféricas, terras da Europa no mundo: rumo a uma estratégia renovada»

2. DATAS, LOCAL

30 de março / 31 de março de 2017, Bruxelas (edifício Charlemagne)

3. PARTICIPANTES

658 participantes presentes (a delegação oficial de São Martinho não teve possibilidade de deslocar-se ao Fórum devido à realização de eleições locais, o mesmo acontecendo à maioria dos membros da delegação da Guiana, que ficaram retidos em Caiena devido a um conflito social).

Regiões ultraperiféricas: Guadalupe, Martinica, Guiana, São Martinho, Reunião, Maiote, Açores, Madeira, ilhas Canárias: 177 delegados, incluindo os Presidentes das RUP, instituições regionais e peritos.

Estados-Membros: França, Portugal, Espanha (184 participantes), incluindo os ministros, embaixadores, instituições nacionais e peritos.

Instituições europeias: a Comissão Europeia (145 participantes), incluindo o Presidente da Comissão Europeia, dois Comissários, seis deputados ao Parlamento Europeu e respetivas delegações, o Comité Económico e Social e o Comité das Regiões.

Representantes socioeconómicos: 103 participantes (aos quais se somam 129 participantes incluídos nas delegações oficiais das RUP, perfazendo um total de 232 agentes socioprofissionais), incluindo câmaras de comércio e indústria, associações empresariais e empresas individuais.

Jornalistas: 49 convidados

4. OBJETIVOS DO FÓRUM

Oferecer às regiões ultraperiféricas (RUP) uma plataforma de valorização dos seus pontos fortes junto de intervenientes públicos e privados.

Permitir um debate público para preparar a renovação da estratégia da Comissão Europeia a favor das RUP. Esta estratégia será objeto de uma comunicação da Comissão, que será

adotada no outono de 2017. A estratégia terá em consideração os resultados do Fórum, o memorando apresentado ao Presidente Juncker durante o Fórum pelo Presidente da Conferência dos Presidentes das RUP e os contributos dos Estados-Membros, dos parlamentares europeus e de outros parceiros.

Dinamizar o processo de programação em curso para o período de 2014-2020 com base nas prioridades estratégicas europeias globais e numa parceria com as regiões ultraperiféricas para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Enriquecer a reflexão sobre quatro temas estratégicos para as regiões ultraperiféricas: a economia circular, verde e azul e a energia; a integração das RUP nos mercados regionais e internacionais; a acessibilidade digital e física e o apoio dos programas e dos fundos europeus.

5. PONTOS-CHAVE DO FÓRUM (30/03/2017)

30 DE MARÇO DE 2017

Discursos introdutórios (síntese)[1]

Corina CREȚU (Comissária europeia para a Política Regional)

A Comissária Corina CREȚU dá as boas-vindas aos participantes e informa que já visitou várias RUP, nomeadamente Guadalupe, Reunião e a Madeira, o que lhe permitiu compreender os desafios com que estas regiões se confrontam.

Dirige uma mensagem de apoio ao Presidente Rodolphe Alexandre, que ficou retido na Guiana e que enfrenta uma situação social difícil. Esta crise demonstra que é necessário unir forças e reforçar a ação da União Europeia em prol das RUP.

O ano de 2017 é incerto para o futuro da União Europeia e também para as RUP. O Brexit, a migração e as desigualdades crescentes são aspetos que podem pôr em causa os valores em que se alicerça a Europa: abertura, diversidade, liberdade e democracia.

O Presidente JUNCKER emitiu uma mensagem clara para o futuro da Europa[2]: devemos colmatar o hiato entre o que os cidadãos esperam da Europa e o que a Europa tem capacidade para lhes proporcionar.

Um projeto europeu sólido exige um amplo debate público, bem como a tomada em consideração das aspirações dos nossos cidadãos. O facto de estarem aqui presentes mais de 658 participantes que vieram de longe é reconfortante para a preparação do futuro das RUP.

---

[1] Poderá encontrar todos os discursos proferidos durante o Fórum, consultando as gravações integrais: http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/conferences/rup2017/. Além disso, as principais conclusões e linhas definidas durante o Fórum estão integradas no ponto 6 «principais resultados e conclusões».

[2] Livro Branco sobre o Futuro da Europa: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-olitical/files/livro_branco_sobre_o_futuro_da_europa_pt.pdf

Num momento em que várias regiões do mundo se isolam numa bolha protetora, as RUP são a ponte da Europa para o mundo, e este facto é inestimável, nomeadamente no que diz respeito à cooperação e aos intercâmbios.

A distância que separa as RUP da Europa não deve ser considerada como uma desvantagem e o seu estatuto, já reconhecido pelos Tratados, foi reforçado pela decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) de 15 de dezembro de 2015.

A Comissária Corina CREȚU sublinhou que existem vários instrumentos financiados pelo orçamento da UE que permitem apoiar as regiões ultraperiféricas: a Política de Coesão, o programa POSEI, os programas a favor da agricultura, e muitos outros. Estes oferecem soluções para as suas dificuldades e aspirações cabendo às RUP unir esforços e utilizar da melhor forma possível estes instrumentos financeiros.

A Comissária recorda que coordena todas as decisões relacionadas com as RUP no Colégio de Comissários. Colabora com os seus colegas na preparação da nova estratégia renovada, que deve indicar o rumo a seguir nos próximos anos. Deve permitir superar os desafios com que se confrontam as RUP para além das suas especificidades próprias.

A estratégia renovada deve fornecer respostas em três domínios: qual a visão para o futuro das RUP nos próximos 10-15 anos, como dar resposta às suas aspirações e qual poderá ser a ação da Europa.

O sucesso depende de um compromisso e de um trabalho conjunto sólido entre a Comissão, os Estados-Membros e as autoridades regionais e locais.

As RUP desempenham um papel fundamental na construção de uma Europa forte.

- Antonio TAJANI Presidente do Parlamento Europeu (mensagem vídeo)

As regiões ultraperiféricas são parte integrante da Europa e os habitantes das RUP são cidadãos europeus de pleno direito.

A Europa deve apoiar estas regiões e prosseguir os seus esforços no domínio das pescas, da modernização da frota e da tomada em consideração das suas especificidades em matéria económica, nomeadamente face à concorrência de países terceiros e num contexto de globalização do comércio internacional e das trocas comerciais.

Tendo por base jurídica o artigo 349.º do TFUE, a Europa deve iniciar um novo capítulo no que se refere à sua parceria com as RUP.

- Rodolphe ALEXANDRE (Presidente da Conferência dos Presidentes das RUP (mensagem vídeo).

O Presidente lamenta não poder estar fisicamente presente devido a uma crise social grave na Guiana.

Assinala que a população da Guiana se sente abandonada por Paris e que deseja que sejam encontradas soluções para resolver as dificuldades económicas, os problemas de insegurança e a falta de meios dos serviços públicos, nomeadamente os hospitais.

Espera que os dois ministros presentes apresentem respostas concretas.

O Brexit é a consequência de um hermetismo acentuado dos povos da Europa, exacerbado pela crise migratória que afeta particularmente algumas RUP.

Este Fórum deve constituir uma oportunidade de reunião e de partilha entre os povos, mas também de tomada em consideração da especificidade das RUP, confirmada pela decisão do Tribunal de Justiça de 15 de dezembro de 2015.

A União Europeia deve adaptar-se mais à realidade das RUP, nomeadamente no que diz respeito à concorrência de países terceiros como o Vietname ou o Equador. A revisão do RGIC e uma reflexão sobre o *octroi de mer* constituem elementos positivos neste contexto.

A adaptação da regulamentação aérea deve também ser mais favorável às RUP de modo a incentivar a mobilidade dos jovens.

É também fundamental uma melhor articulação entre o FEADER e o FEDER para apoiar as indústrias tradicionais.

É necessário prever um POSEI no domínio das pescas para ajudar este setor, que é gravemente afetado pela concorrência das práticas ilegais de países vizinhos. É igualmente necessário desenvolver medidas de auxílio à renovação da frota de pesca.

A questão das alterações climáticas é importante para as RUP, suscitando novos desafios fitossanitários que é necessário ter em consideração.

A salvaguarda da coesão é fundamental para o horizonte pós-2020, a Europa deve continuar a ser motivo de esperança para a população das RUP, e a futura comunicação apresentada pela Comissão constituirá um sinal claro de uma abordagem renovada.

Discursos dos Altos Representantes dos Estados-Membros:

- Alfonso DASTIS QUECEDO, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Espanha.

A Europa celebra o 60.º aniversário do Tratado de Roma e, pouco a pouco, o conceito de «RUP» foi integralmente reconhecido em tratados sucessivos. Foram gradualmente adotadas medidas adequadas tendo em conta as suas especificidades e as suas necessidades; os problemas destas regiões foram tomados em consideração, designadamente no que se refere a auxílios estatais, custos suplementares, pesca, etc.

A decisão do Tribunal de Justiça de 15 dezembro de 2015 apoiou as RUP no seu estatuto pelo reconhecimento jurídico reforçado da aplicação do artigo 349.º do TFUE nas matérias que lhes dizem respeito.

Tal abre novas perspetivas e inicia um processo de renovação da estratégia desenvolvida pela Comissão Europeia.

As RUP têm um enorme potencial que deve ser explorado na sua totalidade, e a ação de parceria da Comissão com estas regiões deve ser reforçada por estudos de impacto orientados, a fim de valorizar mais os seus ponto fortes nas políticas da UE.

Neste contexto, a unidade da DG REGIO encarregada das regiões ultraperiféricas desempenha um papel fundamental no âmbito desta parceria.

- Margarida MARQUES, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Portugal.

A Comissão Europeia desempenha um papel fundamental nas reflexões realizadas em prol do desenvolvimento das RUP.

A Comissão (DG REGIO) deve prosseguir a ação em benefício das RUP e defender o seu potencial, nomeadamente nos domínios da acessibilidade, da coesão social, da pesca, das trocas comerciais, do digital e da energia, que são os motores do seu desenvolvimento económico. Deve, além disso, representar os seus interesses face às outras Direções-Gerais da Comissão, que nem sempre são sensíveis às particularidades das RUP.

A Comissária deve ser a advogada das regiões ultraperiféricas no próximo Fórum da Coesão.

A evolução do conceito de ultraperiferia vai além das dificuldades enfrentadas por estas regiões e os seus pontos fortes devem ser valorizados, pois constituem um exemplo de abertura face a um sentimento de hermetismo que é visível no continente europeu. O seu posicionamento geoestratégico proporciona-lhes inúmeras oportunidades de desenvolvimento de elevado valor acrescentado.

A política europeia a seu favor deve ser sólida.

- Jean-Marie LE GUEN, Secretário de Estado do Desenvolvimento e da Francofonia, França.

O ministro apresenta desculpas em nome da ministra francesa dos Territórios Ultramarinos, que ficou retida na Guiana.

Recorda que as RUP devem ser plenamente integradas na União Europeia. Devem ser objeto de uma visão dinâmica, mesmo face às dificuldades, nomeadamente o elevado nível de desemprego entre os jovens. A Europa deve mostrar-se solidária com as RUP e, neste contexto, o ministro saúda o empenho da Comissária Corina CREȚU em prol destas regiões.

O PIB do conjunto das RUP ascende a 100 mil milhões de euros e é graças às suas regiões ultraperiféricas que a Europa é uma grande potência marítima. As RUP francesas beneficiam de mais de sete mil milhões de euros de fundos europeus, contudo os procedimentos de elaboração dos processos devem ser simplificados. A articulação entre o FEADER e o FEDER deve também ser melhorada.

Por último, importa aproveitar as oportunidades oferecidas pelo «Plano Juncker», nomeadamente em termos de investigação e desenvolvimento.

O comércio livre não deve resultar numa concorrência desleal por parte de países terceiros, em particular no domínio agrícola.

O ministro saúda a intenção da Comissão de elaborar uma estratégia renovada a favor das RUP no âmbito da nova comunicação que está a ser preparada.

Discursos dos Altos Representantes das regiões ultraperiféricas:

- Vasco CORDEIRO, Presidente do Governo Regional dos Açores.

O presidente lembra que o período atual é atípico no plano internacional. Neste contexto, espera que as conclusões deste fórum sejam postas em prática e que este encontro não sirva apenas para apaziguar a consciência dos intervenientes presentes.

A estratégia da Comissão Europeia deve ter por base o artigo 349.º do TFUE, reforçado pela decisão judicial de 15 de dezembro de 2015.

A Política de Coesão precisa ainda de ser melhorada, nomeadamente através do aumento dos meios financeiros.

O Presidente espera que a futura estratégia seja ambiciosa no que se refere ao horizonte pós-2020.

- Fernando CLAVIJO, Presidente do Governo das Canárias.

A União Europeia deve respeitar as RUP. É esta a essência do memorando que será apresentado ao Presidente Juncker.

Reconhece, contudo, que a situação das RUP seria muito difícil sem o apoio da União Europeia.

Tendo em conta as dificuldades, a nova estratégia no quadro da próxima comunicação representa uma esperança; constitui um passo importante para as RUP, devendo permitir fazer face aos inúmeros desafios com que estas regiões se confrontam.

- Ary CHALUS, Presidente do Conselho Regional de Guadalupe.

O presidente concorda com o conceito de estratégia renovada, mas defende que o cidadão seja colocado no centro das políticas europeias. O principal desafio enfrentado pelas RUP é o emprego, que é essencial para a coesão da sociedade. A mensagem veiculada pela Conferência dos Presidentes é uma afirmação da adesão das RUP à Europa e à sua solidariedade.

O acórdão do Tribunal de Justiça da UE relativo ao artigo 349.º é histórico e deve reforçar a política europeia a favor das RUP, em particular no domínio das pescas e da modernização da frota (a autorização dos auxílios estatais é essencial neste processo), da ligação das RUP às autoestradas do mar e da modernização dos portos indispensáveis à melhoria da acessibilidade física.

- Miguel ALBUQUERQUE, Presidente do Governo Regional da Madeira.

As RUP são essenciais no novo cenário mundial. Garantem a presença da Europa no Atlântico, no oceano Índico, nas Caraíbas e na América do Sul. O seu valor acrescentado é fundamental. As dificuldades enfrentadas pela Guiana demonstram as suas especificidades próprias.

As RUP depositam grandes esperanças na Comissão Europeia, que deve mostrar flexibilidade e adaptação em relação a estas regiões, nomeadamente em matéria de direito da concorrência. Deve igualmente continuar a apoiá-las nos setores dos transportes, da energia e das pescas.

A principal preocupação das RUP continua a ser o desemprego juvenil. É necessário continuar a desenvolver as políticas europeias em prol destas regiões.

- Alfred MARIE-JEANNE, Presidente da Coletividade Territorial de Martinica.

Há 60 anos nascia a União Europeia. Qual o balanço?: Euroceticismo, Brexit, despertar do protecionismo...

Há que voltar aos valores fundamentais da UE — unidade e solidariedade — e repensar o presente e o futuro.

Este fórum constitui uma oportunidade para recuperar estes valores e definir uma via mais adequada ao desenvolvimento das RUP, nomeadamente com base no memorando que será apresentado ao Presidente Juncker.

As RUP têm por vezes a sensação de que os auxílios aos países terceiros em desenvolvimento são concedidos em seu detrimento. As RUP deparam-se com os mesmos problemas que os Países e Territórios Ultramarinos (PTU), logo, devem ser tratadas da mesma forma. Medidas como a proibição de auxílios estatais para a renovação das frotas de pesca não são bem recebidas.

As RUP representam um potencial que deve ser explorado de forma mais adequada — energias renováveis, ligações marítimas, alterações climáticas, crescimento verde e azul e economia circular — e voltam-se para a Europa, na sua qualidade de parceiras da União Europeia.

- Soibahadine Ibrahim RAMADANI, Presidente do Conselho Departamental de Maiote

Este fórum é realizado num contexto particular: o 60.º aniversário do Tratado de Roma, a intensificação dos nacionalismos e a instabilidade social na Guiana, que lembra a situação de Maiote. Esta ilha é a região mais pobre da Europa, apresenta o PIB *per capita* mais baixo, a taxa de desemprego mais elevada e um crescimento demográfico muito acentuado. Os maiotenses são muito ligados à sua identidade e cultura.

Maiote é, contudo, dez vezes mais rico do que as outras ilhas das Comores, o que atrai uma imigração irregular bastante elevada. A atribuição do estatuto de região ultraperiférica a Maiote permitiu-lhe assumir uma outra dimensão, mas três anos não são suficientes para avaliar os efeitos positivos; o desenvolvimento deve ser avaliado à escala de uma geração. A ilha de Maiote está muito ligada à Europa e está ciente da ajuda que esta lhe presta. Ainda há muito a fazer: saneamento, estradas, transportes, educação, questões sociais, etc. Foram disponibilizados sete milhões de euros de fundos europeus para Maiote, demonstrando assim o empenho da Europa em prol do seu desenvolvimento.

- Didier ROBERT, Presidente do Conselho Regional de Reunião.

A crise da Guiana não pode deixar indiferente o conjunto das RUP. O desespero da Guiana resulta de uma responsabilidade partilhada e de falta de atenção às dificuldades enfrentadas pelas RUP. As principais decisões relativas a estas regiões são tomadas a partir de Paris, numa lógica financeira e contabilística.

Este fórum deve constituir uma oportunidade para lançar uma nova dinâmica. Neste contexto, o presidente agradece também à Comissária Corina CREȚU pelo seu compromisso no apoio às RUP. No entanto, ainda é necessário progredir, o que não significa necessariamente fazer mais, mas sim fazer melhor. A elaboração do memorando apresentado ao Presidente Juncker teve início durante a Conferência dos Presidentes realizada no Funchal. Trata-se de introduzir alterações significativas no quadro europeu a favor das RUP e de obter mais atenção por parte da Europa. Este texto tem como objetivo de reformar as relações entre a Comissão Europeia e as RUP. A decisão do Tribunal de Justiça sobre o ambito de aplicação do artigo 349.º deve agora ser aplicada de forma rigorosa, contribuir para apoiar a acessibilidade e a

competitividade das RUP e garantir a coerência entre as políticas europeias e as medidas adotadas a favor das RUP.

A regulamentação excessiva é contraproducente e não é adequada às RUP. A garantia do princípio da livre circulação exige que se ponha fim à descontinuidade territorial que afeta a circulação de pessoas e mercadorias entre a Europa continental e as RUP mais distantes.

Por outro lado, é conveniente adaptar os procedimentos relativos aos auxílios estatais ou à política comercial da UE, por exemplo: considerar que os auxílios estatais de impacto puramente local não afetam a concorrência atendendo ao grande afastamento dos mercados das RUP e ponderar a possibilidade de permitir subsídios à exportação. Cabe igualmente à França e à UE influenciar as negociações da 11.ª Conferência da OMC e obter um regime derrogatório para autorizar a concessão de auxílios à frota de pesca nas RUP.

Discursos dos Altos Responsáveis da União Europeia:

- Younous OMARJEE, Deputado ao PE — Conferência dos deputados eleitos das RUP para Parlamento Europeu.

As várias estratégias adotadas devem conduzir a medidas concretas. A futura estratégia constitui um sinal forte dirigido ao Colégio de Comissários, mas não deve ser um elemento suplementar na pilha de textos que não conseguem eliminar a violência das decisões que enfraqueceram a economia das RUP ao longo do tempo, nomeadamente através da extinção das quotas que garantiam preços mínimos para o rum ou no setor das pescas ou do açúcar.

É necessário harmonizar as políticas europeias e ter como base firme o artigo 349.

A defesa dos interesses das RUP implica o apoio e a unidade de todos os grupos políticos representados no Parlamento Europeu, mas os processos relativos aos fundos não devem ocultar a premência das situações — veja-se o exemplo da Guiana.

- Ian BORG, Secretário Parlamentar da Presidência maltesa em 2017 e dos Fundos Europeus.

A especificidade das RUP é reconhecida pelos Tratados.

Os seus desafios devem ser colocados no centro das atenções da Europa, nomeadamente através da melhoria do acesso das populações aos serviços públicos e da adoção de decisões europeias favoráveis a um crescimento mais inclusivo.

Existem numerosas semelhanças entre as RUP e as outras ilhas europeias que não beneficiam deste estatuto especial. A insularidade é uma característica comum. Sob a presidência maltesa, devem ser lançadas pistas de reflexão para alcançar soluções convergentes.

- Georgios DASSIS, Presidente do Comité Económico e Social Europeu

O CESE é sensível à questão das RUP.

Celebramos o 60.º aniversário do Tratado de Roma, que contribuiu para assegurar um longo período de paz na Europa.

A Comissão deve prosseguir uma política específica a favor das RUP. A sua função não consiste em executar estritamente as ordens do Conselho, mas sim em atuar como defensora destas regiões.

O CESE irá continuar a cooperar com as autoridades civis e sociais das RUP e irá prosseguir o diálogo com os respetivos presidentes e interlocutores da DG REGIO com vista à adaptação de medidas concretas para promover a coesão económica e social destas regiões.

-Luc VAN DEN BRANDE, Membro e ex-presidente do Comité das Regiões.

O presidente congratula-se com a iniciativa deste fórum, um exemplo de democracia participativa.

As RUP são fundamentais para a União Europeia, designadamente em virtude dos seus ecossistemas únicos. Veem-se, porém, confrontadas com desafios sociais complexos no domínio da coesão social, principalmente devido às elevadas taxas de desemprego dos jovens e à sua impossibilidade de entrarem no mercado de trabalho.

Devem ser mobilizados todos os intervenientes da nossa sociedade e é necessária uma avaliação territorial completa deste problema, que não deve ser debatido à porta fechada.

A livre circulação de pessoas é uma das liberdades fundamentais, mas a liberdade de um indivíduo encontrar trabalho e de suprir as suas necessidades e as necessidades dos membros da sua família na sua região de origem é outro aspeto que não deve ser ignorado.

Discurso de encerramento da sessão de abertura proferido por Marc LEMAîTRE, Diretor-Geral da Política Regional e Urbana.

O Diretor-Geral recorda que participou na estratégia desenvolvida pela Comissão a favor das RUP a partir de 2008 e que é um dos promotores deste fórum.

Desde 2008, assinala que os progressos são percetíveis e sublinha o papel determinante que a DG REGIO desempenha em benefício destas regiões.

As RUP devem aproveitar as oportunidades que vão surgindo na sua vizinhança geográfica.

Estas regiões integram um movimento forte, um processo mais amplo iniciado em 2016, que inclui nos seus resultados a renovação da estratégia caracterizada pela publicação de uma nova comunicação no próximo outono.

Estas reflexões devem dar origem a medidas inovadoras. O trabalho realizado pelo eurodeputado Younous OMARJEE, o memorando apresentado ao Presidente JUNCKER pelos presidentes das RUP e as contribuições nacionais, bem como os debates deste fórum, contribuirão para a orientação da nova estratégia em prol das RUP a ser adotada pela Comissão.

31 DE MARÇO DE 2017

6. DISCURSOS INTRODUTÓRIOS (31/03/2017)

Corina CREȚU, Comissária europeia para a Política Regional.

A comissária agradece a presença do Presidente da Comissão, refere que os trabalhos realizados no dia 30 de março foram particularmente produtivos e bem-sucedidos, devendo dar origem a propostas concretas.

Jean-Claude JUNCKER, Presidente da Comissão Europeia.

O presidente recorda a ligação que tem às RUP «terras da Europa no mundo e europeias no seu âmago». Transmite uma mensagem de atenção à Guiana, que se vê atualmente confrontada com uma situação social difícil.

O estatuto das RUP é por vezes pouco conhecido, sendo estas regiões os representantes nobres da Europa no mundo.

Trata-se de uma parceria estabelecida com as RUP e não de uma relação paternalista; uma parceria que requer convicção e paciência.

O 4.º Fórum assume especial importância após o 60.º aniversário do Tratado de Roma.

Importa preparar o futuro no quadro de uma estratégia renovada, apresentada pela Comissária Corina CREȚU, que consagra uma atenção especial às RUP. Esta estratégia deve basear-se num diálogo verdadeiro e num maior conhecimento das especificidades das RUP, sobre as quais muito pouco se conhece.

As restrições com que se defrontam as RUP são reconhecidas e esse reconhecimento está gravado na pedra dos Tratados. Apenas uma abordagem específica permitirá superar as suas dificuldades, abordagem essa que foi reforçada pela decisão do Tribunal de Justiça Europeu de 15 de dezembro de 2015. Esta base sólida deverá dar um novo impulso à parceria conjunta e permitir que as RUP aproveitem melhor os seus notáveis pontos fortes.

Os fundos europeus e a Política de Coesão introduziram, através de projetos estruturais, mudanças efetivas para os nossos cidadãos, não só no setor da educação com o programa Erasmus, como também nos domínios digital (p. ex., cabo, etc.), da eletrificação de zonas remotas, etc.

As RUP têm igualmente interesses específicos a defender em matéria de política comercial e podem contar com o apoio da Comissária Cecilia Malmström para as assistir.

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos («Plano Juncker») visa facilitar novos investimentos e deve contribuir para melhorar a situação económica das RUP, promovendo a criação de emprego, nomeadamente para os jovens particularmente afetados pelo desemprego.

No entanto, não podemos esperar que a Europa tenha respostas para tudo, nem devemos suscitar falsas esperanças. Não devemos tampouco considerar que a Europa é responsável por tudo, muitas questões são da competência dos Estados-Membros, que não devem «esconder-se por detrás da Comissão».

O princípio da subsidiariedade é sábio e necessário, e as RUP devem ajudar a Comissão na sua aplicação.

As RUP devem sentir orgulho em ser como são, um exemplo para a Europa, ricas na sua diversidade.

Os seus pontos fortes, especialmente, por exemplo, no domínio da transição energética, da economia circular e da biodiversidade, representam também pontos fortes para toda a Europa.

As RUP não estão distantes nem foram esquecidas. Numa altura em que alguns países se fecham sobre si mesmos, estas regiões disseminam a influência da Europa no mundo.

O Presidente confirma que irá deslocar-se a uma das regiões ultraperiféricas antes do final do seu mandato.

7. Apresentação das conclusões das sessões temáticas — intervenções dos relatores.

7.1. Sessão temática n.º 1: Reforçar a competitividade e o emprego nas RUP: as economias circular, verde e azul e a energia — Sieglinde GRUBER — Síntese do painel.

Dominique RISTORI, *Diretor-Geral, DG ENER*

Pierre-Emmanuel NOEL, *Representante do Banco Europeu de Investimento na Bélgica* — O BEI e as regiões ultraperiféricas: novas oportunidades de financiamento.

Laurent BLERIOT, *Presidente da Bioalgostral, Reunião* — A estruturação de uma fileira de produção de microalgas na ilha da Reunião.

Pedro ORTEGA RODRIGUES, *Conselheiro para a Economia, Indústria, Comércio e Conhecimento, Governo das Canárias* — As Canárias no contexto da economia circular: energia e resíduos (Canarias en el contexto de la economia circular. Energia y residuos).

Marta GUERREIRO, *Membro do Governo Regional dos Açores, Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo* — «Reforçar a competitividade e o emprego nas RUP: a economia circular verde e azul e a energia».

7.1.1. Constatações partilhadas

As RUP têm importantes recursos naturais e um grande potencial para desenvolver e produzir energias renováveis: beneficiam de mais sol e mais vento do que a Europa continental; têm temperaturas constantes e condições climáticas amenas, por exemplo para a produção de algas, e são também centros naturais para o turismo. Ainda não exploraram suficientemente o potencial da energia dos oceanos (dos mares/das marés, das ondas, etc.).

As ilhas são ideais para servirem de laboratórios vivos e apresentarem, por exemplo, novas tecnologias energéticas para soluções energéticas limpas e autónomas (são também centros para a economia circular). Neste contexto, e tendo em conta as especificidades como a pequena dimensão do mercado e os custos de investimento mais elevados, as RUP podem precisar de um certo nível de apoio financeiro e regulamentar especial para concretizarem um cenário deste tipo.

As RUP encontram-se numa posição excelente para explorar o mundo do turismo, o que poderia estimular o crescimento e contribuir para o aumento da competitividade e para o combate ao desemprego.

A fim de tirar pleno proveito das vantagens destas ações, foi sublinhada a necessidade de promover a formação inicial, mas também a formação contínua para o desenvolvimento das competências da força de trabalho (não só para os jovens, como também para os trabalhadores mais velhos). A emergência de novos perfis profissionais (devido, por exemplo, ao novo cabaz energético, à digitalização, à economia circular, etc.) e o desenvolvimento de competências devem ser adaptados para permitir que os jovens ou a força de trabalho inseridos num contexto económico mais amplo possam aplicar ou adaptar e testar novas

tecnologias (quer seja na produção ou em sistemas de gestão de resíduos no âmbito da economia circular).

7.1.2. Mecanismos e instrumentos a mobilizar

Tendo em conta a dimensão do mercado local, as medidas e os objetivos devem ser adaptados às condições locais (por exemplo, os objetivos no domínio da energia, o financiamento); as especificidades locais devem constituir o ponto de partida e beneficiar de apoio especial (incluindo apoio financeiro).

Uma vez que está associado a atividades relacionadas com a transição energética ou com a execução de projetos de economia circular em grande escala, é necessário trabalhar a fim de receber a aceitação local e o apoio político, quer no plano local, quer a nível europeu. Efetivamente, é fundamental chamar a atenção para estas modificações, e os jovens são os agentes da mudança.

Além disso, existem os empréstimos do BEI (que reflete o papel tradicional do BEI), o plano de investimento para a Europa (os FEEI ou o «Plano Juncker»), que ainda não foram suficientemente aproveitados pelas RUP. Pierre-Emmanuel NOEL exorta à utilização da plataforma de aconselhamento e ao recurso à sua equipa de peritos, a título gratuito, o que permitiria prestar um apoio considerável na preparação dos projetos.

O acesso aos fundos da UE é muito moroso e complexo para as empresas em fase de arranque; um ano para o tratamento de um processo é um período demasiado longo: o processo deveria ser simplificado.

É necessário simplificar as regras, ou mesmo prever derrogações, tal como já foi referido, por exemplo no que diz respeito ao tratamento de resíduos com os países terceiros vizinhos. É importante partilhar as experiências positivas. A transferência de tecnologia para os países vizinhos, que poderia resultar em benefícios recíprocos, foi igualmente assinalada como um bom exemplo a seguir.

Dominique Ristori recordou o potencial das diversas iniciativas da Comissão: energia limpa para todos os europeus, incluindo as RUP, e, em particular, a próxima iniciativa intitulada «Energia sustentável para as ilhas», que será apresentada no próximo verão.

Por último, a política agrícola comum (PAC) da UE apoia as RUP, pelo Pilar I através do regime POSEI, e do Pilar II através dos programas de desenvolvimento rural; ambos em interação. Verifica-se uma grande coerência entre os dois programas, o que é fundamental para alcançar os objetivos da PAC, tendo em conta a interdependência entre as medidas dos dois pilares.

7.1.3. Boas práticas

Os exemplos das Canárias e dos Açores demonstraram de que modo o capital natural e a rica biodiversidade podem contribuir para a criação de riqueza. As Canárias são reconhecidas como um laboratório de energia renovável; os Açores baseiam o seu desenvolvimento na sua natureza e cultura, e conseguem obter resultados muito bons em matéria de reciclagem de embalagens.

O projeto de microalgas na ilha de Reunião: como recolher os dados relativos à cadeia de valor da produção de microalgas (produtos de cosmética, alimentos para animais, produtos alimentares, biocombustíveis, etc.), veio criar um novo nicho de mercado sem concorrência para a utilização do solo (além disso, as algas captam CO2). Foram estabelecidas parcerias internacionais com a Alemanha, os Países Baixos e a Madeira.

7.2. Sessão temática n.º 2: Construir um futuro sustentável: perspetivas para uma melhor integração das RUP no seu mercado regional e internacional —Lea ANDERSSON PENCH — Síntese do painel.

Debate interativo com base nos contributos dos seguintes membros do painel:

Miguel CEBALLOS, *Chefe de Gabinete adjunto de Cecilia MALMSTRÖM, Comissária responsável pelo Comércio*

Charles GIUSTI, *Diretor-Geral adjunto, Ministério dos Territórios Ultramarinos*

Michel MAGRAS, *Presidente da delegação do Senado para os Territórios Ultramarinos e Senador de São Bartolomeu* — Política comercial, Normas agrícolas, Em prol de uma melhor integração das RUP, As resoluções aprovadas pelo Senado

Montserrat BARRIGA, *Gestora de Projetos Internacionais, BINTER* — BINTER, um caso de expansão internacional

Ary CHALUS, *Presidente do Conselho Regional de Guadalupe*

Marc CHAKHTOURA, *Diretor da Iniciativa de São Martinho* — Iniciativa de São Martinho, Em prol do emprego e do desenvolvimento económico de São Martinho

7.2.1. Constatações

— No caso de muitos acordos comerciais negociados pela UE a nível mundial, os interesses das regiões ultraperiféricas foram tidos em conta de forma diferente: o regime de proteção específico (por exemplo, o *octroi de mer*), os produtos locais (nomeadamente o açúcar e a banana) e as cláusulas de salvaguarda específicas. No entanto, ainda é necessário introduzir melhorias, nomeadamente no que diz respeito ao diálogo entre a Comissão, os Estados-Membros e as regiões ultraperiféricas, em todas as fases, desde a negociação até à aplicação dos acordos comerciais. Os estudos de impacto são uma ferramenta importante e as regiões ultraperiféricas, incluindo os representantes da sociedade civil, são encorajados a apresentar as respetivas posições e pontos de vista, quer nas consultas públicas, quer durante as negociações.

— Uma outra questão que foi levantada incidiu sobre as normas sanitárias e fitossanitárias, bem como sobre a forte concorrência entre as regiões ultraperiféricas e os países terceiros e, neste contexto, foi abordado o caso da agricultura biológica no setor da banana. Embora os produtos biológicos importados para a UE, incluindo os do setor da banana, devam ser produzidos em conformidade com normas «equivalentes», as RUP manifestaram as suas preocupações nesta matéria. A Comissão recordou ter proposto uma reforma com vista a que os produtos importados para a UE a partir de países terceiros tenham de cumprir as regulamentações da UE em matéria de produtos orgânicos.

— Os acordos comerciais criam também oportunidades para as exportações, particularmente ao nível intrarregional, incluindo os serviços. As RUP podem prestar serviços de qualidade e posicionar-se nos mercados dos países terceiros.

— Foi também sublinhada a necessidade de comunicar através do rótulo «made in Europe», bem como a importância de reforçar o intercâmbio entre os empresários das regiões ultraperiféricas e os países e regiões vizinhas.

7.2.2. Mecanismos e instrumentos a mobilizar

— Os programas INTERREG podem apoiar ações conjuntas e promover o desenvolvimento de uma abordagem comum para fazer face aos grandes desafios comuns, como as alterações climáticas, a biodiversidade e a gestão dos riscos naturais. O INTERREG pode, além disso, constituir uma boa ferramenta de promoção da mobilidade regional dos estudantes e empresários.

— A nível da UE, no âmbito do programa COSME, a rede «Enterprise Europe Network» (EEN) incentiva as PME ambiciosas a inovar, a expandir-se e a intensificar a cooperação transfronteiriça, tanto dentro da UE como nos países terceiros. As regiões ultraperiféricas podem beneficiar dos serviços das agências EEN na sua região para divulgar as suas atividades internacionais e obter aconselhamento sobre questões relacionadas com o mercado único da UE, oportunidades de financiamento da UE e outros serviços prestados pela rede.

— Além disso, o «Erasmus para Jovens Empreendedores», também no âmbito do programa COSME, oferece aos novos empreendedores a oportunidade de serem acolhidos no estrangeiro por outros empresários, na Europa e nos países e territórios ultramarinos.

7.2.3. Boas práticas

—Um bom exemplo foi apresentado por um representante do setor empresarial proveniente de uma companhia aérea das Canárias que efetua a ligação entre as ilhas Canárias e a nível internacional com a África Ocidental e Portugal. Apesar das dificuldades específicas (instabilidade política, burocracia, baixa qualidade das infraestruturas e uma fraca procura local, empresas concorrentes que receberam grande apoio dos respetivos governos, etc.), existem ainda oportunidades de sucesso.

— Foi ainda apresentada uma iniciativa inovadora oriunda de São Martinho — «Iniciativa São Martinho ativo» — que visa ajudar os futuros empresários através microcréditos, com o apoio financeiro da UE. Vários casos concretos de pequenos projetos empresariais estão a ser postos em prática com o apoio de fundos da UE.

— Foi mencionada a experiência de Guadalupe enquanto autoridade de gestão do programa «INTERREG Caraïbes», em especial no que se refere ao reforço da coordenação entre os dois fundos europeus FEDER e FED. Durante o período de programação de 2014-2020, o Conselho Regional de Guadalupe irá gerir uma dotação de 3 milhões de euros proveniente do programa regional para as Caraíbas, com o objetivo de apoiar os parceiros ACP no âmbito do programa INTERREG.

7.2.4. Pistas de ação identificadas

— Iniciativas tais como a inclusão dos representantes das regiões ultraperiféricas na delegação do seu próprio Estado-Membro por ocasião dos debates sobre os acordos comerciais, como foi o caso do Acordo de Parceria Económica entre os Estados do CARIFORUM, deveriam ser reproduzidas.

— A prossecução das trocas comerciais entre as regiões ultraperiféricas e entre estas e os países vizinhos da mesma zona regional deveria ser incentivada e apoiada.

— A UE e os Estados-Membros podem ajudar a preparar o terreno para outras empresas de sucesso na vizinhança das RUP e nos mercados internacionais, não só por via do apoio finnaceiro, como também através de alterações à regulamentação, incluindo a redução da burocracia, a facilitação de vistos para a mobilidade e o acesso ao financiamento e ao investimento em infraestruturas.

— No que diz respeito à coordenação FED-FEDER, a operação-piloto levada a efeito no âmbito do programa «INTERREG Caraïbes» poderia ser reproduzida noutros programas transnacionais INTERREG.

— Com o objetivo de reforçar a mobilidade e os intercâmbios, os representantes das RUP manifestaram o desejo de executar o programa «Erasmus para Jovens Empreendedores» nos países ACP vizinhos.

7.3. Sessão temática n.º 3 a) — Criar ligações: melhorar a acessibilidade digital — Philippe BAUDOUIN — Síntese do painel.

Debate interativo com base nos contributos dos seguintes membros do painel:

Lucilla SIOLI – *Chefe de Unidade F.4-DG CNECT – Comissão Europeia*

Fabio PITTALUGA, *Especialista em Desenvolvimento Social, Departamento de Desenvolvimento Sustentável* — O potencial do empreendedorismo tecnológico e das indústrias criativas na Jamaica e nas Caraíbas.

Germain GULTZHOFF, *Diretor Associado — Verso* — Um projeto de saúde eletrónica ao serviço da coordenação do percurso dos cuidados

M. Didier ZELLER, *Diretor de Estratégia e Desenvolvimento da SAS Marlink*

7.3.1. Constatações partilhadas

A situação das RUP é heterogénea. A implantação de infraestruturas móveis prossegue a fim de dar resposta à elevada procura por parte dos utilizadores com a abertura das redes 4G. As infraestruturas THD fixas vão sendo implantadas gradualmente.

A questão da conectividade deve respeitar vários critérios, designadamente:

- a adequação da cobertura à localização das populações;
- a disponibilidade efetiva do serviço e o seu custo;
- o apoio ao utilizador;
- o rendimento ou a velocidade oferecidos.

A conectividade internacional, que depende essencialmente de cabos submarinos, é também uma questão sensível para as RUP. Embora a tendência global aponte para a redução do custo da banda de passagem internacional, a verdade é que este custo tem um impacto significativo na estrutura tarifária dos serviços digitais para as RUP.

Devido à exiguidade do seu mercado, torna-se necessário o reforço da flexibilização das regras relativas a financiamentos públicos para apoio a empresas inovadoras. Para as RUP, existe um importante desafio em matéria de desenvolvimento de competências, nomeadamente para poder dar resposta a novas necessidades em matéria de emprego. Trata-se, neste caso, de propor formações adaptadas aos novos empregos previstos e de promover o acesso à formação para o maior número possível de pessoas. Esta questão é especialmente sensível para as RUP, com vista a limitar a saída de jovens estudantes do território. O digital abre perspetivas para melhorar a oferta de formação nas RUP. Este facto foi ilustrado pelo projeto de formação à distância que ligou os três polos da Universidade dos Açores.

7.3.2. Mecanismos e instrumentos a mobilizar

São propostos vários instrumentos de apoio e de financiamento a nível europeu. Uma rede europeia de pontos de apoio à banda larga, que deverá permitir um melhor acesso à informação sobre as oportunidades de apoio e de financiamento. No que diz respeito aos financiamentos, para além do FEDER — que é amplamente utilizado pelas RUP — deverá dar-se atenção a novos instrumentos como o Fundo relativo às Ligações de Banda Larga na Europa ou o programa Wi4EU.

A experiência dos projetos na Jamaica, apresentados pelo orador do Banco Mundial, demonstrou a importância que deve ser dada ao acompanhamento das acções no sector, abrangendo parcerias e ações coletivas.

7.3.3. Boas práticas

As iniciativas realizadas na Jamaica permitiram criar um ecossistema favorável ao desenvolvimento de atividades digitais. Partindo da constatação de que os jovens na Jamaica eram catalisadores da criatividade, não obstante serem gravemente afetados pelo desemprego, foi desenvolvido um conjunto de projetos com vista a criar oportunidades de participação nos mercados da economia digital. Tomando por base um concurso do tipo Hackathon, esta iniciativa teve continuidade através da criação de uma incubadora apoiada por investidores locais e internacionais. Paralelamente, foram ainda empreendidas ações de acompanhamento no domínio da animação digital e em 3D, que se traduziram numa angariação de fundos e na criação de um festival internacional dedicado à animação e participação na produção filmes em 3D.

O exemplo do projeto OiiS (Oceano Índico Inovação Saúde) na Reunião permitiu sublinhar de que modo a implementação de uma plataforma de saúde eletrónica permite dar resposta a uma necessidade concreta de acompanhamento de pessoas que sofrem de doenças crónicas. Esta plataforma proporciona uma coordenação dos cuidados para os diferentes profissionais de saúde envolvidos no percurso do doente. O projeto deverá estender-se a outros territórios do oceano Índico (incluindo Maiote). Este exemplo demonstra que um projeto no domínio do digital, nomeadamente a criação de uma plataforma de saúde eletrónica destinada a melhorar o percurso dos cuidados prestados aos doentes, conduz à criação de novas profissões para

apoiar a criação de conteúdos ou ainda a gestão das relações entre os profissionais de saúde. Assim, dos 38 empregos diretos criados até à data, alguns correspondem a novos perfis.

7.4. Sessão Temática n.º 3 b) — Criar ligações: melhorar a acessibilidade física — Pawel STELMASZCYK — Síntese do painel

Herald RUIJTERS, *Diretor DG MOVE* — Acessibilidade: um fator-chave para as RUP, Reflexões sobre as suas preocupações e as estratégias levadas a cabo para aumentar a acessibilidade.

Jean-Paul VIRAPOULLÉ, *Vice-Presidente responsável pelos Assuntos Europeus* — A descontinuidade territorial das RUP

Eduardo JESUS, *Secretário Regional da Economia, Turismo e Cultura* — Região Autónoma da Madeira, Acessibilidade aérea.

7.4.1. Constatações

Embora estejam afastadas do continente europeu, as RUP fazem tanto parte da Europa quanto as outras regiões.

A política europeia no domínio dos transportes deve ser encarada e definida no quadro da sua globalidade geográfica, integrando as RUP com as suas características específicas: afastamento, dificuldades de acesso, insularidade de oito de entre elas e custos dos transportes. Foi também solicitada à Comissão Europeia uma maior flexibilidade no que diz respeito aos auxílios estatais concedidos ao setor dos transportes.

As RUP estão posicionadas na proximidade imediata das principais rotas marítimas internacionais, devem aproveitar esta oportunidade e reúnem condições para se tornarem setores experimentais inovadores, nomeadamente em termos de «navegação limpa».

A acessibilidade por via aérea constitui também um elemento fundamental para reduzir o isolamento das RUP e melhorar a mobilidade dos habitantes, nomeadamente os jovens que ingressam no ensino superior. O preço dos bilhetes de avião é proibitivo para muitos deles.

A gestão das infraestruturas gera também custos de exploração elevados e, tendo em conta a pequena dimensão das RUP, torna-se difícil realizar economias de escala neste domínio.

7.4.2. Mecanismos e instrumentos a mobilizar

O Centro de especialização «advisory hub» do Banco Europeu de Investimento pode prestar aconselhamento técnico específico para a montagem financeira dos processos.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo de Coesão podem ser mobilizados para cofinanciar projetos apresentados pelas RUP com vista à ligação à rede RTE-T.

7.4.3. Boas práticas

O projeto do porto de Santo André em Reunião, que inclui uma zona de abastecimento de navios com combustíveis verdes, um centro de aproveitamento de águas profundas como fonte de energia ligado a uma estação de tratamento de resíduos e um laboratório de exploração e investigação no domínio dos produtos cosméticos.

7.4.4. Pistas de ação identificadas

- Lançamento de um estudo a realizar pela Comissão (DG MOVE e DG REGIO) para identificar e avaliar as necessidades das RUP e as ações a empreender em matéria de conectividade física.

- As RUP são convidadas a apresentar projetos concretos aos serviços da Comissão, com vista a analisar as possíveis oportunidades de cofinanciamento através dos diferentes mecanismos à sua disposição.

- É necessária uma visão a longo prazo para as RUP e a sua inclusão na RTE-T, bem como o financiamento de projetos futuros no horizonte pós-2020.

- Um plano de ação pormenorizado relativo às autoestradas do mar será apresentado em breve. A situação das RUP será analisada neste quadro, bem como as modalidades de financiamento que poderão ser introduzidas, nomeadamente através do «Plano Juncker»

- Um portal único para facilitar a montagem de projetos elegíveis no âmbito do «Plano Juncker» estará disponível em breve; este dispositivo deverá facilitar a emergência de projetos apresentados pelas RUP.

7.5. Sessão temática n.º 4: O apoio dos programas e dos fundos europeus: balanço e perspetivas — Jiri PLECITY — Síntese do painel

Eric VON BRESKA, *Diretor DG REGIO*

Mihail DUMITRU, *Diretor-Geral adjunto DG AGRI*

Serrão SANTOS, *Deputado ao Parlamento Europeu, Membro da Comissão da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas do Parlamento Europeu*

Angeles GAYOSO RICO, *Vogal Assessora — Direção Geral de Fundos Comunitários, Ministério das Finanças e da Função Pública* — O papel da Política de Coesão nas regiões ultraperiféricas. O caso espanhol.

Duarte RODRIGUES, *Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão* — Os fundos nas regiões ultraperiféricas portuguesas, relevância, resultados e desafios

Mohamed Sidi, *Vice-Presidente responsável pelos Assuntos Europeus e a Cooperação Regional*

Vincent DUVILLE, *Chefe de Gabinete do Presidente da Coletividade Territorial de Martinica*

7.5.1. Constatações e desafios

Desde há quase 30 anos, em complemento dos instrumentos nacionais, públicos ou privados, os programas europeus desempenham um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento das regiões ultraperiféricas.

A análise comparativa do índice de competitividade para estas regiões[3] revela uma evolução globalmente positiva, que contou com um apoio substancial dos fundos europeus, quer em termos de investimento — em benefício dos territórios e dos seus habitantes — quer através de medidas específicas destinadas a compensar os custos suplementares decorrentes das características e condicionalismos específicos das RUP. As intervenções que incidiram sobre Portugal, Espanha, Maiote e Martinica são convergentes na afirmação de que a intervenção dos fundos estruturais, incluindo o FEADER, permitiu que estas regiões efetuassem progressos a nível das condições de vida, dos investimentos e da criação de emprego. A IEJ permite combater o desemprego juvenil (ex. de Maiote) e oferecer uma alternativa aos jovens que abandonam o sistema de ensino em situação de insucesso (não sendo estudantes nem trabalhadores, nem estagiários). Sublinharam ainda a importância do regime POSEI — financiado pelo FEAGA e tendo por base o artigo 349.º — em termos de apoio ao rendimento dos agricultores e para o abastecimento de produtos agrícolas nas RUP.

No entanto, os desafios com que se defrontam as RUP continuam a ser consideráveis, incluindo uma taxa desemprego juvenil superior a 50 %. Por conseguinte, é importante assegurar a maior eficácia possível dos auxílios concedidos.

O objetivo da sessão consistia, por um lado, em fazer o balanço do apoio concedido pelos programas europeus, com base em projetos concretos, e, por outro lado, em trocar opiniões sobre as pistas de reflexão para o futuro, com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo das RUP tendo em conta a especificidade dos seus desafios e oportunidades.

7.5.2. Mecanismos e instrumentos a mobilizar

Os oradores manifestaram o seu apoio às medidas específicas previstas pela regulamentação dos FEEI a favor das regiões ultraperiféricas — nomeadamente a dotação específica de compensação dos custos adicionais — sublinhando, contudo, que estas não permitiam cobrir a totalidade dos custos adicionais que são gerados pelos fatores decorrentes da situação ultraperiférica sobre os bens e serviços (transporte, logística e energia) nem fazer face aos entraves que se colocam à integração económica e social destes territórios, em comparação com as outras regiões da UE.

Os oradores salientaram ainda a importância da agricultura e das zonas rurais nas RUP. O apoio concedido pela União é significativo graças aos dois pilares da política agrícola comum que funcionam em plena complementaridade para contribuir para a manutenção e o desenvolvimento das atividades agrícolas nas zonas rurais das RUP, graças aos programas POSEI e aos programas de desenvolvimento rural (PDR), que, no seu conjunto, preveem um montante de auxílio no valor de 866 milhões de euros por ano (pmédia prevista para o período de 2014-2020 para o desenvolvimento rural).

Os membros do painel e os participantes manifestaram uma expectativa muito elevada relativamente ao tema da simplificação, dada a complexidade da execução dos FEEI ou ainda problemas específicos como a relevância do instrumento de apoio às pescas (FEAMP) em

[3] NB: para as regiões em relação às quais existem dados disponíveis, p. ex. no caso de Maiote, o Eurostat não dispõe de dados estatísticos para estabelecer esta classificação.

comparação com o que está em vigor no setor agrícola, o instrumento específico POSEI com uma reivindicação apoiada por alguns representantes, incluindo o Parlamento Europeu, respeitante à introdução de um instrumento específico no domínio das pescas.

Foram apresentadas posições semelhantes relativamente à política da concorrência, designadamente no tocante à complexidade das regras existentes de matéria de auxílios estatais nos domínios marítimo, das pescas e da agricultura (Maiote).

7.5.3. Boas práticas

Os oradores salientaram a necessidade de se tomar em consideração os seus desafios específicos e os seus pontos fortes no contexto dos programas europeus para promover o seu desenvolvimento endógeno e, em especial:

• a sua posição geoestratégica e dimensão marítima;

(Exemplos de projetos: o Centro de Investigação Oceânica dos Açores ou os projetos de aquicultura *offshore* da Madeira);

• o potencial turístico ancorado no património natural e cultural valioso. A importância do turismo nas economias regionais e vários prémios recebidos nos últimos anos, o turismo;

(Exemplo de projeto: os terminais de cruzeiros no Funchal e em Ponta Delgada);

• o papel da estratégia europeia relativa às alterações climáticas — mais expostos a situações de fenómenos graves, mas também verdadeiros laboratórios para projetos-piloto sobre as medidas de atenuação e adaptação;

(Por exemplo: o projeto de produção de energia geotérmica nos Açores e a gestão e atenuação dos riscos de inundações, Madeira);

• a configuração de arquipélago (dupla insularidade) — os custos adicionais e os desafios em matéria de transportes nas ilhas e de prestação de serviços de interesse geral em todo o território (o desafio dos Açores para ligar as nove ilhas com 300 000 habitantes e mais de 600 km);

• a ausência de massa crítica em determinados setores económicos, financeiros, científicos ou da proteção civil relativamente aos processos e aos projetos (por exemplo, a necessidade de promover a cooperação da União Europeia nos projetos de I&D);

• o impacto da crise económica e social, dificuldades em encontrar uma via de desenvolvimento alternativa para pequenas economias fechadas;

• a necessidade de manter o processo de produção tradicional num mundo globalizado (as suas externalidades em termos de ambiente, ecossistemas, economias locais e condições de vida locais).

• Os oradores manifestaram o seu apoio às medidas específicas previstas pela regulamentação dos FEEI a favor das regiões ultraperiféricas — nomeadamente a dotação espefífica de compensação dos custos adicionais — sublinhando, contudo, que estas não permitiam cobrir a totalidade dos custos adicionais que são gerados pelos fatores decorrentes da situação

ultraperiférica sobre os bens e serviços (transporte, logística e energia) nem fazer face aos entraves que se colocam à integração económica e social destes territórios, em comparação com as outras regiões da UE.

Os membros do painel e os participantes manifestaram uma expectativa muito elevada relativamente ao tema da simplificação, tendo em conta a complexidade da execução dos FEEI ou ainda problemas específicos como a relevância do instrumento de apoio às pescas (FEAMP) em comparação com o que está em vigor no setor agrícola, o instrumento específico POSEI com uma reivindicação apoiada por alguns representantes — incluindo o Parlamento Europeu — respeitante à introdução de um instrumento específico no domínio das pescas.

Foram apresentadas posições semelhantes relativamente à política da concorrência, designadamente no tocante à complexidade das regras existentes em matéria de auxílios estatais nos domínios marinho e marítimo, das pescas e da agricultura (Maiote).

7.5.4. Pistas de ação identificadas

No que diz respeito ao futuro, as trocas de ideias suscitaram observações interessantes e estruturantes em relação ao debate atualmente conduzido pela Comissão a respeito, por um lado, da política em geral e, por outro, das especificidades das RUP.

No que respeita à política em geral, foram apresentados os pontos-chave:

- Como não desvirtuar a abordagem territorial na concretização de um objetivo comum estabelecido a nível europeu.
- Como conciliar o desenvolvimento em matéria de excelência e de competitividade com o objetivo de coesão social, económica e territorial
- Como garantir a simplificação dos procedimentos — efetiva e verdadeira — mantendo o foco nos resultados de modo e assegurando o máximo valor acrescentado destes fundos e a dispor de capacidade suficiente para o demonstrar.
- Foi mencionado o exemplo das regras relativas ao FED.

Estas orientações foram acompanhadas por propostas e pistas de ação:

- A necessidade de uma dotação específica e substancial para as RUP para cobrir os fatores mencionados no artigo 349.º do TFUE.
- O prosseguimento do POSEI com uma boa coordenação entre o POSEI e os programas de desenvolvimento rural. Contudo, mantem-se a necessidade de assegurar uma regionalização do POSEI e uma melhor repartição dos auxílios por território, bem como uma maior simplificação dos procedimentos considerados demasiado complexos do FEADER e uma margem de manobra mais ampla a nível local.
- A simplificação das regras existentes em matéria de auxílios estatais nos domínios marinho e marítimo, das pescas e da agricultura (Maiote) e uma coordenação mais eficaz com os programas dos FEEI. O arranque dos programas deveria ser

concomitante com a aprovação das regiões que beneficiarão de auxílios estatais; a decisão da Comissão de adoção dos programas deveria ser também uma decisão de validação dos regimes de auxílio.

- A necessidade de evitar a sobreposição de programas e de poder beneficiar de adiantamentos, como sucede com o programa Erasmus.

- Assegurar às RUP uma estabilidade jurídica compatível com o seu desenvolvimento económico no período pós-2020 através de um maior reconhecimento das suas especificidades. Uma estabilidade do apoio financeiro, que não deve variar em função do PIB.

- Um acesso mais fácil das RUP aos programas horizontais europeus (p. ex. Erasmus+) e uma informação dos serviços da Comissão sobre as propostas das RUP não selecionadas (p. ex. COSME). Incentivar o intercâmbio entre as RUP nos programas horizontais.

8. DISCURSO DE ENCERRAMENTO

Karmenu VELLA, Comissário Europeu responsável pelo Ambiente, os Assuntos Marítimos e as Pescas.

As RUP ocupam uma posição de vanguarda no domínio da economia verde e azul.

Os elementos que foram considerados como deficiências — a insularidade, o clima difícil, entre outras — convertem-se em vantagens e pontos fortes.

Para o período pós-2020, pretende-se uma abordagem que seja favorável ao ambiente no setor dos transportes e que apoie ações destinadas a atenuar os efeitos das alterações climáticas e a melhorar a eficiência energética dos navios, bem como a promover a redução das emissões de poluentes ou de gases com efeito de estufa, contribuindo também para um desenvolvimento mais eficaz do turismo sustentável, particularmente no contexto do turismo de cruzeiros.

Deverá ser apresentado em breve um estudo sobre o crescimento azul, no qual serão propostas medidas de financiamento de que as RUP poderão beneficiar.

Além disso, recorda-se que, desde 2010, a iniciativa BEST selecionou 60 projetos de sensibilização para as questões da preservação do ambiente.

Além do mais, desde o mesmo ano, os fundos estruturais europeus financiaram 135 projetos no domínio da aquacultura.

As RUP têm a garantia de merecer a devida atenção por parte da Comissão Europeia, que afirma o seu compromisso em prol de um crescimento azul e sustentável.

9. CONCLUSÃO

O 4.º Fórum das Regiões Ultraperiféricas reforçou as RUP quanto ao seu posicionamento na União Europeia.

O número e a qualidade dos participantes demonstraram a importância destas regiões para a projeção internacional da Europa.

O seu estatuto, que garante o reconhecimento e a tomada em consideração das suas especificidades, foi reforçado pela decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia de 15 de dezembro de 2015.

O trabalho desenvolvido ao longo destes dois dias e o memorando apresentado ao Presidente Juncker pelo Presidente da Conferência dos Presidentes das RUP irão fornecer as linhas diretrizes para a nova estratégia da União Europeia a favor das RUP no horizonte pós-2020.

O processo culminará com a adoção de uma comunicação da Comissão Europeia a favor das RUP no próximo outono.

10. SÍTIO

Poderá visualizar as sessões de abertura do fórum, clicando nas hiperligações seguintes:http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/conferences/rup2017/
https://webcast.ec.europa.eu/forum-rup-2017-03-30
https://webcast.ec.europa.eu/forum-rup-2017-03-31

11. ANEXOS